

ENTRE ESCRAVOS E LIBERTOS: PADRÕES DE VIOLÊNCIA NO SERTÃO NORTE-MINEIRO – SÉCULO XIX

Alysson Luiz Freitas de Jesus
Mestrando – História UFMG
Linha de Pesquisa: História Social da Cultura
Orientador: Prof. Dr. Eduardo França Paiva

No dia 16 de novembro de 1836 o escravo africano Hilário havia recebido uma ordem do seu senhor, o capitão Manoel de Sousa Silva. Deveria o escravo se dirigir à Lagoinha para consertar uma cerca das terras pertencentes ao senhor Manoel. Aproximava-se das oito horas da noite quando o escravo, já no local, por certo cumprindo a sua tarefa, encontrou-se com José Ribeiro, morador naquele lugar. Segundo testemunhas José Ribeiro cometera um atentado contra Hilário, “dando-lhe humas porretadas” que teriam sido de tal forma violentas que “achava-se o mesmo gravemente ferido”. A agressão tinha uma motivação: segundo José o escravo estaria agredindo a uma mulher de nome Delfina, parda, “uma Meretris escandalosa”. Segundo os moradores da região, Delfina era prostituta, e era público entre os mesmos que a mulher era amásia do africano, tendo do relacionamento dos dois inclusive nascido uma criança.¹

O presente texto procura analisar a prática da violência entre escravos, libertos e homens livres no norte de Minas Gerais, atentando especificamente aos padrões de violência percebidos entre os escravos e seus ex-parceiros no universo cultural norte-mineiro.

Somos um país mestiço. E nesse processo de mestiçagem é inegável a importância dos escravos – africanos e crioulos – na formação sócio-cultural do país. Mesmo com todos os mitos e preconceitos que envolvem nosso olhar sobre a África e os africanos, faz-se necessário pensarmos e avaliarmos a contribuição destes no universo cultural brasileiro a partir da chegada dos portugueses. Estudos mostram que entre os séculos XVI e XIX cerca de 11 milhões de africanos chegaram ao Novo Mundo, sendo que cerca de 4,5 milhões deles vieram para o Brasil.²

Estudos recentes vêm buscando retomar textos como os de Gilberto Freyre, acentuando a importância dos negros na formação cultural do país desde o período colonial. Eduardo França Paiva destaca a importância da retomada do sociólogo pernambucano para que se empreendam novas perspectivas de estudos sobre os negros no Brasil, pois, por ter pensado nesses indivíduos a partir do viés cultural teria Freyre desconsiderado a idéia de escravos totalmente passivos, “tomando-os, em suas obras, como agentes transformadores da história e reconhecendo as inúmeras formas de atuação cotidiana empregadas por esses homens e mulheres.” Paiva acentua que esses homens deixaram um imenso legado na colônia, colorindo de maneira bastante especial o nosso universo, afinal, esses indivíduos trouxeram forte bagagem sócio-cultural, diferentes visões de mundo, costumes e práticas culturais variadas.³

Não apenas os africanos e crioulos vêm recebendo atenção da historiografia. Trabalhos recentes propõem uma análise conjunta com os forros, atentando para o papel desses indivíduos na formação cultural do Brasil. Em *Sonhos africanos, vivências ladinas*, Maria Cristina Cortez Wissenbach empenhou em reconstituir a vida dos forros e dos escravos em São Paulo, na segunda metade do Oitocentos. A autora demonstrou como cativos e libertos se confundiam no cotidiano pobre da sociedade, em um universo que misturava o espaço urbano com o mundo caipira.⁴

O presente texto lança um olhar sobre um espaço cultural específico, o norte de Minas Gerais, que compõe parte do sertão das Minas. As origens da cidade de Montes Claros remontam-se na formação de um arraial – o Arraial de Formigas – , que é elevado à categoria de Vila em 13/10/1831. Na década de 50, a Vila é elevada à categoria de cidade, com o nome atual: Montes Claros.⁵ A ascensão da cidade e região, com o estabelecimento de um poder público mais efetivo se dão ao longo do século XIX, o recorte temporal da presente pesquisa.

A região inicia uma formação econômica baseada na criação de gados, associando a pecuária à uma agricultura de subsistência voltada para a complementação da dieta alimentar dos habitantes da região. Sendo a pecuária a principal atividade econômica

da região, é importante frisar que o número de escravos nesse universo era reduzido, não tendo um peso sobre o total da população tão grande se comparado às demais regiões das Minas. No entanto, é importante notar que ao longo do século XIX o número de escravos norte-mineiros continua crescendo, em grande parte devido à importância da reprodução natural para a manutenção do contingente escravo no norte de Minas Gerais. Nesse sentido, a região não se mostrou fortemente ligada ao tráfico atlântico de escravos e, por conseguinte, teve um peso menor de africanos sobre o total da sua população escrava.⁶

Isso não significa que os cativos e os libertos não tenham contribuído para a formação cultural do sertão norte-mineiro. Muito pelo contrário. Eles tiveram um papel importante, na medida em que, através de sua participação no cotidiano da região, das trocas culturais com os demais indivíduos que compunham essa sociedade, enfim, através das representações que faziam desse mundo, contribuíram para tornar mais complexo o universo escravista do sertão norte-mineiro. Uma das formas de participação desses escravos na conformação cultural do norte de Minas se deu através das práticas de violência.

A violência aqui analisada se refere às diversas práticas delituosas que se deram no universo escravista brasileiro. Não me refiro aqui ao fenômeno da criminalidade, e sim às atitudes cotidianas desses homens vistas como um desvio às normas e códigos de conduta nessas sociedades. Roubar uma saia, ferir um cavalo, ofender a moral de um parceiro de escravidão, enfim, diversas atitudes por nós hoje entendidas como “banais”, eram carregadas de forte conotação naquele universo, dotando as relações entre esses homens de um componente especial – a tensão – onde a violência tinha um papel importante na resolução de diversas questões que se apresentavam.

Nas relações diárias entre escravos, libertos e homens livres do sertão norte-mineiro não são poucos os momentos em que iremos nos deparar com homens violentos, que procuravam defender as suas honras – mesmo porque boa parte das fontes aqui estudadas, entre as quais se destacam processos-crime, têm as relações de violência como ponto de partida. É importante notar, portanto, que as relações de tensão entre esses

agentes sociais eram um componente especial na conformação desse universo. Não obstante, não era o único recurso lançado por esses homens nas suas duras lutas diárias pela sobrevivência. Sobreviver não significava apenas agredir; significava também adaptar, negociar, e esses homens sabiam muito bem disso.

Um outro ponto importante a se destacar é que essa prática da violência não pode ser jamais vista como um aspecto natural da ação do sertanejo – passando-se a impressão do mesmo ter uma predisposição em praticar delitos, ao contrário dos homens “civilizados” do restante do Brasil. O que se deve acentuar aqui é que o espaço vivido por esses indivíduos, a “realidade” vivida pelos mesmos, em muitos aspectos, propiciavam atos violentos. Não se pode negar, no que se refere ao nosso passado colonial e imperial, que o ambiente geográfico e a situação política-administrativa de algumas regiões favorecem a prática da mesma, e por conseguinte a impunidade daqueles que lançaram mão de delitos como forma de resolução de suas pendengas. Mas também não podemos acreditar que esses homens do interior do Brasil são exclusivamente violentos, o que acaba por contribuir para se alimentar uma oposição entre um “sertão bárbaro” e um “litoral civilizado”.

A própria noção de violência não deve se limitar aos atos finais das relações interpessoais, ou seja, violência não é apenas homicídio. Aqui a violência é entendida – conforme destacado acima – como aqueles atos vistos como desvios de conduta nas relações cotidianas entre os agentes sociais que compunham esse universo cultural. Desvios estes que feriam tanto acordos legais quanto regras costumeiras. Nesse sentido, as práticas de violência não devem ser encaradas como atributos específicos dos homens do sertão, muitas vezes caracterizados como homens viris, valentes e pouco dispostos a aceitar a presença do poder público. A violência é um ato social presente em todas as sociedades, o que é evidenciado por uma vasta historiografia nacional e internacional que identifica o conflito entre os diversos setores sociais.

A questão principal a ser levantada aqui são os padrões de violência que se deram entre os escravos e os forros da região. Acredito que algumas características do “viver” no sertão norte-mineiro possibilitaram uma proximidade entre os agentes desse

universo oitocentista. A simplicidade da vida, a proximidade entre escravos, libertos e homens livres e mesmo a ausência de um forte controle senhorial permitiram aos escravos forjarem situações diversas e, ao mesmo tempo, contribuíram para conformar uma identidade complexa entre esses indivíduos. Não me esquecendo das nítidas e importantes diferenças que existem entre o “ser escravo”, o “ser liberto” e o “ser senhor” no sistema escravista, não podemos também nos esquecer que em determinados momentos esses homens souberam representar de maneira especial nos embates cotidianos e, nesse sentido, portarem-se não apenas como escravos ou como libertos, mas, sobretudo, como homens. A prática da violência era um recurso importante nessa luta diária pela sobrevivência.

Os africanos, crioulos e ex-escravos que buscavam a violência como forma de resolver seus problemas agiam informados por um “código” cultural que fazia da violência uma prática importante de sobrevivência nessa sociedade. Esses homens praticavam tais delitos como uma forma de auto-afirmação no espaço em que viviam, pois além de ser legítima, a violência era uma prática imperativa para esses agentes sociais.⁷ Sendo escravos, forros ou livres, esses homens sabiam que a violência era uma forma de se afirmarem nesse universo. Não se trata aqui de negar a violência dos escravos contra o regime de escravidão. Na verdade, no momento em que um escravo lançava mão da violência, por meio de um assassinato, uma lesão corporal ou um furto, eles acabavam por contribuir com um desgaste da imagem de uma escravidão suave, ou mesmo de um sistema escravista perfeitamente estabelecido. Acredito, entretanto, que esses escravos e libertos, quando agiam de forma violenta, estavam mais informados por um código cultural que propiciava tal prática do que efetivamente buscando pôr fim ao regime de escravidão. Além disso, trata-se de uma opção pessoal: resolver seus problemas através de um ato que representava uma forma de independência pessoal. Quando analisadas de perto, as práticas violentas dos homens do sertão podem ser captadas em seus valores mais íntimos, em suas situações mais corriqueiras, permitindo ao historiador um contato mais próximo com parte do nosso passado escravista.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOTELHO, T. R. *Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP, 1994, (Dissertação de Mestrado).

FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

GOULART, M. *A escravidão africana no Brasil (das origens à extinção do tráfico)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

KLEIN, H. S. *Escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

VIANA, U. de S. *Monographia do município de Montes Claros*. Belo Horizonte, 1916.

WISSENBACH, M. C. C. *Sonhos africanos, vivência ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

¹ DPDOR/AFGC – UNIMONTES – Montes Claros/MG, Processo Criminal nº 000.063.

² ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. GOULART, M. *A escravidão africana no Brasil (das origens à extinção do tráfico)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. KLEIN, H. S. *Escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³ PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 87.

⁴ WISSENBACH, M. C. C. *Sonhos africanos, vivência ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

⁵ VIANA, U. de S. *Monographia do município de Montes Claros*. Belo Horizonte, 1916.

⁶ BOTELHO, T. R. *Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP, 1994, (Dissertação de Mestrado).

⁷ FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.